



Número: **0812111-17.2020.8.15.0251**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Mista de Patos**

Última distribuição : **04/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 10.293,75**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VALDIVAN BATISTA BRITO (AUTOR)		YURE PEREIRA GOMES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
37490979	04/12/2020 16:26	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
37492003	04/12/2020 16:26	<a href="#">ABERTURA DE PEDIDO DPVAT</a>	Outros Documentos
37492004	04/12/2020 16:26	<a href="#">ATESTADOS MÉDICOS</a>	Outros Documentos
37492009	04/12/2020 16:26	<a href="#">COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA - CTPS EM BRANCO E CARTEIRA DE AGRICULTOR</a>	Outros Documentos
37492014	04/12/2020 16:26	<a href="#">COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA</a>	Outros Documentos
37492016	04/12/2020 16:26	<a href="#">DOCUMENTO PESSOAL</a>	Documento de Identificação
37492018	04/12/2020 16:26	<a href="#">FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL</a>	Outros Documentos
37492020	04/12/2020 16:26	<a href="#">PROCURAÇÃO</a>	Procuração
37492023	04/12/2020 16:26	<a href="#">PRONTUÁRIO MÉDICO</a>	Outros Documentos
37492026	04/12/2020 16:26	<a href="#">RELATÓRIO DE CIRURGIA E REQUISIÇÃO DE PARECER</a>	Outros Documentos
37492030	04/12/2020 16:26	<a href="#">VALOR RECEBIDO ADMINISTRATIVAMENTE</a>	Outros Documentos
37519704	07/12/2020 07:24	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
37524174	07/12/2020 09:06	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
38437954	15/01/2021 15:29	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
38437956	15/01/2021 15:29	<a href="#">2775205_CONTESTACAO_Anexo_02</a>	Procuração
38437961	15/01/2021 15:29	<a href="#">2775205_CONTESTACAO_Anexo_03</a>	Outros Documentos
38437965	15/01/2021 15:29	<a href="#">2775205_CONTESTACAO_01</a>	Outros Documentos
38837448	28/01/2021 11:52	<a href="#">Habilitação em processo</a>	Petição de habilitação nos autos
39093097	04/02/2021 12:45	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

40603 838	14/03/2021 21:06	<a href="#">Certidão de Decurso de prazo</a>	Certidão de Decurso de prazo
40784 012	18/03/2021 07:48	<a href="#">Decisão</a>	Decisão

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA... VARA CIVEL  
DA COMARCA DE PATOS, ESTADO DA PARAÍBA**

**VALDIVAN BATISTA BRITO**, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF nº 706.079.614-22 e RG nº 4.190.405, residente e domiciliado na Rua Francisco Paulo Licarião, Bairro Monte Castelo, Município de Patos–PB, por intermédio de seu procurador, infra-assinado, conforme instrumento procuratório incluso vem com a devida vênua à presença de Vossa Excelência, requerer a presente;

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

-

Contra: **LÍDER** – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ n 09.248.608/0001-04**, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal, Logradouro R da Assembleia, n 100, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP –20.011-904, pelos fatos, por para no final requerer:

**LIMINARMENTE:**



Seja concedido os benefícios da justiça gratuita, por ser o requerente pobre na forma da Lei, conforme dispõe a CF/88, art. 5º, XXXIV, e demais legislação que trata da espécie, conforme declaração de pobreza.

## **1 - DAS INTIMAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS**

M.M. Juiz, prefacilmente requer-se que, todas as **INTIMAÇÕES** e demais publicações de estilo, sejam realizadas em nome do **DR. YURE PEREIRA GOMES**, advogado, registrado na OAB/PB sob o número 20.152, sob pena de nulidade dos atos processuais subsequentes.

ADVOGADO. INTIMAÇÃO. REQUERIMENTO INDICANDO O NOME DO ADVOGADO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO DE SENTENÇA – Intimação pelo diário da justiça em nome de advogado diverso do indicado na contestação e no substabelecimento. Impossibilidade. Nulidade da intimação e dos atos decorrentes. 01. Considerando que houve pedido expresso na contestação e no substabelecimento, para que as intimações por meio do diário da justiça fossem feitas em nome de determinado advogado, tornam-se nulas as intimações feitas a outros patronos. 02. Agravo de instrumento conhecido e provido. (TJDFT – AGI 20060020100418 – 3ª T.Cív. – Rel. Des. Nídia Corrêa Lima – DJU 14.12.2006 – p. 73).

## **2 - DOS FATOS:**





Ocorre que, no dia 17 de Setembro de 2017, o autor conduzia uma Motocicleta HONDA/CG 125 FAN KS, Placa: NPW0286/PB, Ano/Modelo: 2009, Cor: Preta, Cód. Renavam: 0015247765-9, licenciada em nome de Valdeci Batista Brito, na cidade de Mãe D'Água, ocasião em que fora atingido por outra motocicleta que invadiu a sua mão, e acabou por vir a colidir frontalmente com o autor.

Por conseguinte, o autor fora socorrido pelos populares até o Hospital Regional Dep. Janduhy Carneiro, na cidade de Patos-PB, e após ser avaliado pelo médico de plantão, que constatou que autor sofreu múltiplas lesões e fratura exposta na perna esquerda, fora submetido à cirurgia reparadora do membro e colocado placas e pinos de fixação. Conforme prontuário anexo.

**Por isso, evidencia-se a incapacidade e o direito certo a 100% da indenização ora tratada. DESTA FORMA, REQUEREU O BENEFICIO DO SEGURO DPVAT, ATRAVES DA SEGURADORA LIDER, NUMERO DE SINISTRO 3180470667. CONTUDO, A REQUERIDA NÃO CONCEDEU A INDENIZAÇÃO DE FORMA EQUIVALENTE A GRAVIDADE E A REAL SITUAÇÃO DAS SEQUELAS SOFRIDAS PELO REQUERENTE. DESSA FORMA, ESSE VALOR NAO CONDIZ COM SEU DIREITO, O QUE SERÁ PROVADO NA PERICIA MÉDICA JUDICIAL.**

Desta monta, diante de tal abuso e má-fé cometidos pela requerida, não resta outra alternativa ao requerente que senão recorrer a este juízo, que é sério, imparcial, justo e imune ao poderio econômico. Do qual, não tem deixado passar impunes os casos onde são cometidos este tipo de ilícitos civis. Requerendo, ao Equânime Julgador, que se digne a conceder o pleiteado no final, tornando o direito do requerente respeitado e realizando plenamente a tutela jurisdicional.

### **3 – DO DIREITO:**

Uma análise sistemática do Código Civil Brasileiro nos demonstra que a reparação do dano material e moral está plasmada no nosso direito positivo, pois:

Art.186 – “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”



Art.927 – “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Em matéria de indenização por ocorrência de sinistro, a quitação deverá ser feita no prazo máximo de 30(trinta) dias à apresentação dos documentos comprobatórios do fato; este entendimento já se tornou pacífico em decisões judiciais e nossos Tribunais tem confirmado este raciocínio, portanto, não há o que discutir quanto ao direito do autor.

No caso em apreço, a responsabilidade da requerida é indiscutível, pois que os documentos que comprovam as despesas médico-hospitalares foram entregues.

Certamente teremos a oportunidade de ver na contestação apresentada futuramente, de que a demora no pagamento do seguro seria de responsabilidade exclusiva da parte adversa consistente no seu atraso em proceder com documentos necessários a sua quitação da cobertura pactuada.

Infelizmente, como já dito, essa é uma prática já conhecida por parte da Seguradora promovida

Como se vê demonstrado, o direito que milita em favor da parte autora está por demais cristalino, amparado, inclusive, em nossa Carta Política, que lhe reserva o direito de estar em juízo pleiteando indenização por ato ilícito, ainda que este direito não estivesse consignado no campo normativo das leis inferiores; por tratar-se de direito subjetivo imutável.

CF/88 - Art. 5º

- V “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.”

- X “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (grifamos)

**A lei no. 6.194/74, em seu art. 5º., determina que o pagamento do DPVAT, mesmo que o veículo causador do acidente não seja identificado, com seguro não realizado, e com seguro vencido, mesmo assim será devido o pagamento do seguro.**

**A norma legal ainda determina que a seguradora terá prazo de 15 (quinze) dias o pagamento do DPVAT.**



## **DA ADMINISTRAÇÃO DO SEGURO DPVAT NO BRASIL**

-

**Torna-se oportuno ressaltar, a título de ilustração nesta oportunidade o por quê da manobra da requerida nesta demanda.**

Ora Douto Julgador, parte da sociedade de nosso país, estão inconformadas, como está sendo administrado, dirigido, o seguro DPVAT em nosso país, visto que, segundo a REDE GLOBO, em publicação divulgada pelo Jornal Hoje, Edição do dia 20-09-2000, onde a mesma forneceu dados informando que existe dois projetos de leis tramitando do Congresso Nacional, objetivando a extinção do DPVAT, pelo fato do mesmo ter perdido seu caráter social, onde a rede televisiva informa que só no ano anterior foi arrecadado em nosso país mais de 1.154.000,00 (UM BILHÃO CENTO E CINQUENTA E QUATRO MILHÕES DE REAIS), referente ao recolhimento do seguro obrigatório (DPVAT), sendo que, apenas 20% deste valor foi destinado ao pagamento das vítimas do seguro DPVAT, acrescentando ainda que, 34% deste valor foi rateado entre as seguradoras que militam do ramo deste tipo de sinistro. (grifo e sublinho nosso)

### **DO VALOR DEVIDO:**

“O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

O art. 3º., alínea a, da Lei no. 6.194/74, determina que a base para liquidação do seguro será de 40 (quarenta) vezes o maior salário mínimo do país, no caso de morte.

Acontece que todas as seguradoras que militam no ramo de seguros DPVAT pagam os sinistros a terceiros em contra proposta recebem pelos serviços oferecidos a sociedade todo valor pago é rateado pelo consórcio das Sociedades Seguradoras, que administram o convênio das empresas de seguro em nosso país.

O direito do Requerente é líquido e certo, basta uma simples interpretação macroscópica para se vislumbrar que a conduta da demandada, é a atípica e contrária ao que determina a Lei no. 8.441/92.

A violação do direito do Requerente, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio retro citado.



### **DA PROVA PERÍCIAL:**

O art. 5º. da lei no. 6.194/74, em seu parágrafo 5º., determina:

-

“...O IML DA JURISDIÇÃO DO ACIDENTE TAMBÉM QUALIFICARÁ AS LESÕES FÍSICAS OU PSÍQUICAS PERMANENTES PARA FINS DE SEGURO PREVISTO NESTA LEI...”

O Laudo Pericial encontra-se acostado aos autos.

### **DA JURISPRUDÊNCIA:**

-

A Jurisprudência Pátria, exaurida pelos nossos tribunais já se posicionaram de maneira uníssona, se não vejamos:

A 2ª. Colenda turma Recursal Cível desta comarca, em processo similar, corroborando com os julgados emanados de nossos Tribunais Superiores, exauriu o seguinte Acórdão:

Recurso no. 057/2002/TC Civ.

Relator: Juiz João Batista de Sousa

Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros



Advogado: Bel. Arlindo Carolino Delgado e Outros

Recorrido: Cícero de Oliveira Cavalcante

Advogado: Wamberto Balbino Sales.

Ementa:

**“RECURSO INOMINADO CIVIL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – DANO ESTÉTICO – LESÃO PERMANENTE. PRELIMINARES – REJEIÇÃO – PROCEDENCIA DO PEDIDO. APELO – REJEIÇÃO DAS PRELIMINARES – INSUBSISTÊNCIA – SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS – IMPROVIMENTO DO RECURSO.”**

Já quanto ao ressarcível pela seguradora, nos casos de morte e invalidez, dúvida não existe, visto que, determina a Lei no. 6.194/74, em seu art. 3º., alínea a, e ratificando em decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça:

**“SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – SALÁRIO MÍNIMO – O VALOR DO SEGURO OBRIGATÓRIO DEVE CORRESPONDER A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS” (STJ – Resp 152866 – SP – 4º. T. – Rel. Min Rui Rosado de Aguiar – DJU 29/06/1998 – P200).**

Não pode nem deve, a seguradora ré, impor perante a sociedade, que as Circulares e resoluções, prevaleçam em detrimento a norma legal.

Processo no. 001.2002.006797-9

Ação: Cobrança c/c Reparação de Danos



Promovente: Eraldo Anacleto Nunes

Promovido: Sul Americana S/A

Juiz Leigo: Rossandro Farias Agra

Juiz Presidente: Octanny P. Batista

Ementa:

“PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS – SEGURO DPVAT – DEFERIMENTO PARCIAL NA ESFERA ADMINISTRATIVA –

**A Lei no. 6.194/74, que disciplina e rege o seguro obrigatório DPVAT, determina o pagamento da indenização as vítimas de acidente de trânsito, em casos de invalidez e morte, conforme dispõe o art. 3º. alínea a, determina o seguinte:**

“OS DANOS PESSOAIS COBERTOS PELO SEGURO ESTABELECIDO NO ARTIGO 2º. COMPREENDEM AS INDENIZAÇÕES POR MORTE, INVALIDEZ PERMANENTE E DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES, NOS VALORES QUE SE SEGUEM, POR PESSOAS VÍTIMADAS.”

“b – 40 (QUARENTA) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país, no caso de invalidez”

### **Do contrato de Seguro**

Os contratos de seguro trazem em si relação de consumo, em que o negócio jurídico celebrado entre as partes sujeita-se às normas do Código de Defesa do Consumidor.



Determina o art. 757 do Código Civil brasileiro que: “Pelo Contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra risco predeterminados.”

Mencionado dispositivo por si só garante direito do autor, entretanto ainda é direito seu “a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos”, conforme determinado no inciso VI do art. 6º, do Código de Defesa do Consumidor.

O art. 51 do mesmo Codex, determina que são consideradas cláusulas abusivas as cláusulas que:

o m i s s i s

V - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

E ainda:

§ 1 Presume-se exagerada, entre outros casos, a vontade que:  
I – omissis

II - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;

A atitude da Seguradora colocou o Autor em situação de desvantagem exagerada causando desequilíbrio contratual, o que não é aceito pelo direito material.

Nesse sentido também é o entendimento de nosso Tribunal:

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL  
RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - CLASSE II - 20 - Nº 24.348 - SORRISO Relator: EXMO. SR. DES. JOSÉ FERREIRA LEITE Partes: APELANTE - BRASILSEG - SEGURADORA DO BRASIL APELADA - GENECI CARMEN COSTARELLI TJ Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - CONTRATO DE SEGURO - CAUSAS RESTRITIVAS DE INDENIZAÇÃO - CONDIÇÕES GERAIS E ESPECIAIS JUSTAPOSTAS À APÓLICE - INEXISTÊNCIA DO CONHECIMENTO PLENO DO SEGURADO ADERENTE - DESOBRIGATORIEDADE - INTELIGÊNCIA DO ART. 46 DA LEI Nº 8.078/90.

As cláusulas restritivas prevendo situações excluídas da indenização não obrigam o segurado que delas não teve conhecimento pleno no momento da celebração do contrato de seguro.



Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso de Apelação Cível - Classe II - 20 - nº 23.348, de Sorriso. A Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, presidida pelo Desembargador ERNANI VIEIRA DE SOUZA, através de sua Turma julgadora, composta pelos Desembargadores JOSÉ FERREIRA LEITE (Relator), JOSÉ JURANDIR DE LIMA (Revisor) e Doutor JURACY PERSIANI (Vogal, convocado), decidiu, RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - CLASSE II - 20 - Nº 24.348 - SORRISO -2 TJ Fls. por unanimidade, improver o recurso, nos termos do relatório e dos votos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente acórdão.Data: Cuiabá, 30/08/2000 (TJ115254)

Pelo exposto comprovado está o direito do Autor diante da relação de consumo amparado pela Lei 8.078/90 e pelo contrato que faz lei entre as partes e prevendo a obrigação da seguradora em indenizar o a u t o r .

#### **4 - DAS PROVAS**

Pretende-se provar os referidos fatos por prova testemunhal, documental e tudo mais que for em direito permitido.

#### **5 - DO VALOR**

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ R\$ 10.293,75 (DEZ MIL E DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS), para efeitos fiscais.**

#### **6 - DOS PEDIDOS**





Face ao exposto requer:

a) seja a requerida devidamente citada, no endereço declinado nesta exordial, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia, ficando citada para os demais termos da presente ação;

b) Julgar procedente o presente pedido com a condenação de todos valores devidos ao requerente devidamente atualizado, **R\$ 10.293,75 (DEZ MIL E DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS), TENDO EM VISTA QUE O AUTOR SÓ RECEBEU O VALOR DE R\$ 3.206,25 (TRÊS MIL E DUZENTOS E SEIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS);**

c) a condenação da requerida ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais;

d) seja designada perícia medica legal, para atestar a invalidez do requerente;

e) que seja designada audiência de conciliação;

f) que seja o requerente agraciado com a justiça gratuita, por ser pobre na forma da lei;

## **7 - ROL DE TESTEMUNHAS**



As testemunhas serão apresentadas oportunamente, as quais comparecerão independentemente de  
previa intimação.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

**Patos-PB, 04 de Dezembro de 2020.**

---

**YURE PEREIRA GOMES**

**OAB-PB 20.152**

---

**DELAMARY FIGUEIREDO MARINHO**

**OAB-PB 28.709**





Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 2019

Aos Cuidados de: VALDIVAN BATISTA BRITO

Nº Sinistro: 3180470667  
VALDIVAN BATISTA BRITO

Data do Acidente: 17/09/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: GUSTAVO MELO GONCALVES

**Assunto: REANÁLISE DE PROCESSO - CONDUTA MANTIDA**

Senhor(a),

Em atendimento à sua solicitação, foi feita a reanálise médica do seu pedido de indenização por invalidez permanente, cadastrado sob o **número de sinistro 3180470667**.

Como a documentação apresentada não indica a existência de novas lesões permanentes ou de agravamento daquelas já indenizadas em decorrência do acidente sofrido, o seu pedido de reanálise foi encerrado e o valor indenizado mantido, conforme legislação vigente.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **[www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00533/00534 - carta\_09 - INVALIDEZ

0050267



Carta nº 13826793





## ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins, a pedido do(a)  
Sr.(a) Vanessa B. Brito portador(a) da  
identidade RG. \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a) foi  
atendido(a) por mim no dia de hoje, às 09:20 horas, portador(a) da  
patologia CID-10 S82.1, devendo permanecer  
afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 180  
(cento e) dias, a partir desta data.  
Oitenta

João H. Suassuna Laureano  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PB 7417

Patos-PB, 05/10/17

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

## AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo o(a)  
Dr.(a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico  
codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE    2ª VIA ANEXAR AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

CNPJ 08.778.268/0001-60  
RUA HORÁCIO NÓBREGA, S/N - BARRIO BELO HORIZONTE  
PATOS - PARAÍBA





## ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins, a pedido do(a)  
Sr.(a) Valmir B. Brito portador(a) da  
identidade RG. \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a) foi  
atendido(a) por mim no dia de hoje, às 8:00 horas, portador(a) da  
patologia CID-10 S82.1, devendo permanecer  
afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 150  
(Centa e) dias, a partir desta data.

Cinco

Patos-PB, 24/05/18

João H. Sussina Laureano  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PB 417

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

## AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo o(a)  
Dr.(a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico  
codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE 2ª VIA ANEXAR AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

CNPJ 08.778.268/0001-60  
RUA HORÁCIO NÓBREGA, S/N - BAIRRO BELO HORIZONTE  
PATOS - PARAÍBA





## **ATESTADO MÉDICO**

Atesto para os devidos fins, a pedido do(a)  
Sr.(a) VALDIVAN B. BRITO portador(a) da  
identidade RG. \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a) foi  
atendido(a) por mim no dia de hoje, às 09:00 horas, portador(a) da  
patologia CID-10 S82.2, devendo permanecer  
afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 120  
( Conto 6 ) dias, a partir desta data.

WIK

Patos-PB, 09/07/2018

*Dr. Fábio de Moura Sampaio*  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM nº 53409

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

## **AUTORIZAÇÃO**

Eu, VALDIVAN B. BRITO, autorizo o(a)  
Dr.(a) FABIO DE MOURA Sampaio, a registrar o diagnóstico  
codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

**1ª VIA-PACIENTE 2ª VIA ANEXAR AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO**

CNPJ 08.778.268/0001-60  
RUA HORÁCIO NÓBREGA, S/N - BAIRRO BELO HORIZONTE  
PATOS - PARAÍBA





VALDIVIA B BOTO

MAEIR BOTO

AMBU LIT 6 NO ORTO PBD

PAM ORTO PBD

IS DMS

DIAGNÓSTICO FRATURA

TIBIA PERONEa

GLÓBULO

09/09/2018

Dr. Fábio de Moraes Soá  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PB 6119

Rua Horácio Nóbrega, S/N - Belo Horizonte  
Tel.: (83) 3423-2741 - Patos - PB.





Ministério do Trabalho e Empre



CARTEIRA DE TRABALHO  
PREVIDÊNCIA SOCIAL

Digitalizado com CamScanner





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 86160

Série 00035/PB



Yure Pereira Gomes

ASSINATURA DO PORTADOR





78

ANOTAÇÕES GERAIS A CARGO DO INSS

ANOTA

Digitizado com CamScanner



Assinado eletronicamente por: YURE PEREIRA GOMES - 04/12/2020 16:25:09  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20120416250734300000035771463>  
Número do documento: 20120416250734300000035771463

Num. 37492009 - Pág. 4

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS  
DE SÃO JOSÉ DO BONFIM/PB**

**CARTEIRA DE SÓCIO**

Nº 1987

Esta CARTEIRA pertence ao Sócio Contribuinte

Nome: Valdivan Batista

Natural de: S. J. do Bonfim

Filiação: João Batista nascido a Bruto

Local de Trabalho: Manaus das graças



Valdivan Batista Bruto

Assinatura do Portador

Digitalizado com CamScanner





Rua Feliciano Costa, 220 - Jaqueira João Pessoa - PB CEP 58055-000 - CNPJ 09.123.854/0001-07		28989279									
CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS		REFERÊNCIA NOV/2020									
<b>MARIA ALVES DE BRITO</b> <b>RUA FRANCISCO PAULO LICARIAO, 41 - MONTE CASTELO</b> <b>PATOS PB 58707-110</b>											
Inscrição	SMI	Quantidade de Economias									
075.010.230.0028.000	0000	Residencial	Comercial								
		1	0								
		0	0								
		0	0								
Responsável											
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água								
Y15N329320	06/08/2015	EXTERNO	LIGADO								
			LIGADO								
ANTERIOR   ATUAL   CONSUMO (M3)   NUM DE DIAS   PRÓXIMA LEITURA 597   604   7   31   16/12/2020											
HIST. CONS./ANOR. LEIT   QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.											
OUT/2020	6	PARÂMETROS	ANÁLIS. CONFORMES								
SET/2020	7	TURBIDEZ	0 0 0								
AGO/2020	5	CLORO	0 0 0								
JUL/2020	5	PH	0 0 0								
JUN/2020	7	COR	0 0 0								
MAI/2020	6	COL.TOTAIS	0 0 0								
MEDIA(M)	6	DADOS REFERENTES A: SET/2020									
DATA DA IMPRESSÃO: 17/11/2020		HORA DA IMPRESSÃO: 16:49:24									
DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)									
ÁGUA											
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)											
CONSUMO DE ÁGUA	7 M3	37,91									
ESGOTO											
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)											
CONSUMO DE ESGOTO	7 M3	30,33									
FATURAS EM ATRASO											
REF 201912	218,78										
REF 202006	69,80										
VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,31 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12											
VENCIMENTO:	29/11/2020	Total a Pagar:	R\$ 68,24								
 CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL TIPO DE TARIFA: 1											
INFORMAÇÕES GERAIS: SR. USUARIO: EM 31/10/2020, REGISTRAMOS QUE V.SA. ESTAVA EM DEBITO. COMPAREÇA AOS POSTOS DE ATENDIMENTO PARA REGULARIZAR. CASO TENHA PAGO APÓS A DATA INDICADA, DESCONSIDERE.											
 <table border="1"> <tr> <th>MATRICULA</th> <th>REFERENCIA</th> <th>VENCIMENTO</th> <th>TOTAL A PAGAR</th> </tr> <tr> <td>28989279</td> <td>NOV/2020</td> <td>29/11/2020</td> <td>R\$ 68,24</td> </tr> </table>				MATRICULA	REFERENCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	28989279	NOV/2020	29/11/2020	R\$ 68,24
MATRICULA	REFERENCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR								
28989279	NOV/2020	29/11/2020	R\$ 68,24								

Digitalizado com CamScanner



Assinado eletronicamente por: YURE PEREIRA GOMES - 04/12/2020 16:25:12

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20120416250979300000035771468>

Número do documento: 20120416250979300000035771468



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	4.190.405
DATA DE Expedição	17/09/2012
NOME	VALDIVAN BATISTA BRITO
FUNÇÃO	JOÃO BATISTA DOS SANTOS
NATURALIDADE	MARIA DAS GRAÇAS BRITO
DOC ORIGEM	SÃO JOSÉ DO BONFIM-PB
NASC. N.	3823 FLS. 588 LIV. 205
OP.	PARTEIRO SÃO J DO BONFIM-PB
DATA DE NASCIMENTO	04/02/1989
706.079.614-22	

Digitalizado com CamScanner



ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE  
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CNES: 2605473 CNPJ: 08.776.268/002376  
NOME: HOSPITAL REGIONAL DE JANDUIRY CARMEIRO  
ENDEREÇO: RUA HORACIO NOBREGA, S/N  
CIDADE: PATOS ESTADO: PARAIBA UF: 25  
Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)  
Paciente: VALDIVAN BATISTA BRITO  
Mãe: MARIA DAS GRACAS BRITO  
Nascimento: 4/2/1999 Idade: 18 Cor: PARDÃO Sexo: M  
Profissão: ESTUDANTE  
Endereço: SÍTIO PAU D'ARCO  
Bairro: ZONA RURAL  
Cidade: SÃO JOSE DO BONFIM - PB - 58721-000 - 2514602  
CNS: 705-0006-6841-8457 Identidade:  
CPF: Reg. Nasc.: ALAIVE  
Data / Hora: 17/9/2017 09:3:16 Recepção: ALAIVE  
Ficha Número: 222-193

PESO: PA: TEMP.: 100591

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

Paciente vítima de acidente de moto com  
fratura de fêmur e costela.

Tratado com BEC, analg, suture, curativo  
e gesso.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

Tratado com BEC, analg, suture, curativo e gesso.

01 - ELETIVO  
02 - URGÊNCIA  
03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA  
04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO  
05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTE QUÍMICOS OU FÍSICOS

DIAGNÓSTICO

Fratura de fêmur e costela.

CID-10

MEDICAÇÃO

1. PRESCRITA  
2. APLICADA

OBSERVAÇÃO

OUTRO HOSPITAL

ENCAMINHAMENTO

RESIDÊNCIA  
ÓBITO  
INTERNACÃO  
OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO

Ass. dos Profissionais Assistentes - Cimbos

Médico / Crm / Ins

FRANCISCA SONILLY MELO SANTOS - 7184 - 123-4567-E

ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

Valdeci Batista Brito

ASS. REVISOR TÉCNICO - Cimbos

ASS. REVISOR ADMINISTRATIVO - Cimbos

REVISADO

12-3456

Por ser Direto

Digitalizado com CamScanner



### PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Valdivon Batista Brito, brasileiro, solteiro, agricultor,  
inscrito no CPF nº 706.079.619-22 e RG nº 4.190.405, residente  
e domiciliado na Rua Francisco Paulo Lira, Bairro Monte Carlo,  
Tele, Município de Patos - PB.

**OUTORGADA:** **YURE PEREIRA GOMES**, ADVOGADO, inscrito na OAB-PB sob o número 20.152, com escritório profissional a Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos - PB.

**PODERES:** Por este Instrumento Particular de procuração o OUTORGANTE nomeia e constitui seu(a) bastante procurador(a), o outorgado(a), a quem confere amplos poderes para atuação no foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer juízo, instância ou tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defendê-lo nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, podendo o dito(a) procurador(a) praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho do mandato ora outorgado, tais como: Contestar, ingressar com ação que julgar conveniente e necessária, recorrer em qualquer fórum ou instância, transigir, concordar, discordar, desistir, firmar compromissos (NÃO POSSUI PODERES PARA RECEBER DINHEIRO/PECUNIA OU DAR QUITAÇÃO EM NOME DO OUTORGANTE), agindo separada ou conjuntamente, podendo substabelecer no presente mandato, com ou sem reserva de poderes, em especial para representá-lo e defendê-lo perante QUALQUER ORGÃO DO PODER JUDICIÁRIO, EM QUALQUER ORGÃO ADMINISTRATIVO COMO INSS, PBPREV, DNOCS, IBGE, \_\_\_\_\_, movido a favor do outorgante, do qual a mesma se compromete a levar as testemunhas para os atos processuais independentemente de intimações (nos termos do §2, do art. 455, do NCPC).

Patos - PB, 04 de Dezembro de 20 20.

Valdivon Batista Brito

**Outorgante**

ISENTO DE RECONHECIMENTO DE FIRMA, FACE A LEI No. 8.952/94, QUE DA NOVA REDAÇÃO AO ART. 38 DO CPC.





HOSPITAL REGIONAL DE JANDUHY CARNEIRO  
RUA HORACIO NOBREGA, S/N  
PATOS PARAIBA (83)3423-2741

Atendi: 614  
Pront: 25

Cod. Intern. 31270

Prontuario: 100591  
Ocorrência: DOR NA PERNA  
Classif. Risco: VERDE Transporte: TRANSPORTE PAGO  
Origem: PRÓPRIA RESIDENCIA

Data/Hora 26/6/2018 08:57:03

Reg: N Enc: N

Servidor do Dr.:

Paciente VALDIVAN BATISTA BRITO

Idade: 19 Gênero: HOMEM CIS

Filiação

Filiação I MARIA DAS GRACAS BRITO

Filiação II JOAO BATISTA DOS SANTOS

Endereço

Cidade: SAO JOSE DO BONFIM - PB - 58725-000 - 2514602

Endereço: SITIO PAU DARCO

Bairro: ZONA RURAL

Naturalidade: SAO JOSE DO BONFIM - PB

Fone: (83)98113-2147

Documentos

CNS: 705-0006-6841-8457

Identidade: 4190405 SSPPB

CPF:

Reg. Nasc.:

Informações adicionais

Nascimento: 4/2/1999

Cor: PARDA

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

Profissão: ESTUDANTE

Responsável: Maria Gorete Batista Oliveira

ANAMNESE: (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

Vit. no se ou ante de trauma lbz  
09 meses

EXAMES OBJETIVOS: (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos)

Dor + limitação funcional Perna (E)

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratórios)

Diagnóstico:

Resposta não (E)

CID:

DADOS DA SAÍDA

Data: 07/07/18

Hora: H Min

Motivo: ( ) Alta Curado (X) Alta Melhorado ( ) Alta a pedido ( ) Transfência ( ) Evasão ( ) Óbito

Médico/CRM

Dr. Fabiano da Moura Spá  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PB 1119

Letra ilegível não é legal (CEM Cap. 3, Art 11)

LIGIA CLEA



RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: Valmar Rorff		Nº prontuário
Data da Cirurgia: 05/07/18	Enf.	Leito
Cirurgião: Dr. João	1º Auxiliar: Dr. Marcelo	
Anestesista: Dr. Frits	Tipo de Anestesia: Local	
Diagnóstico Pré-Operatório		
fratura de fíbula		
(pseudotumor)		
Tipo de Cirurgia		
Diagnóstico Pós Operatório		
ft. completo		
Relatório Imediato do Patologista		
Exame Radiológico no Ato		
Acidente Durante a Cirurgia		

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspectos Visceras
① Aberto - sub cut
② Assep + Alf + cup
③ Incisão varif Pura
④ Amp. distal cl. Resu + fratura
⑤ Sutura + curativo

Yure Pereira Gomes  
CRM: 5196  
Rég. 116  
SBO 13800000035771727





REQUISIÇÃO DE PARECER

Urgente

NOME: <u>João Vitor Batista Brito</u>	
DA CLÍNICA <u>Ortô</u>	ENFERMARIA <u>100</u>
A CLÍNICA <u>Unidade Jandúhy</u>	LEITO <u>6</u>
MOTIVO DA CONSULTA: (ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA OPINIÃO E NUMERAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO ENFERMO) <u>Edema + limitação funcional MTE, A.D.</u> <u>Tratamento fisioterapêutico</u> <u>05/07/18</u>	
DATA	ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTANTE <u>João H. Suassuna Laureano</u> Ortopedia e Traumatologia CRM-PP 7417
PARECER: <u>Obs: Comunicado a direção, às 11:35 hs. a</u> <u>Izabela, a usuária informou que a cama</u> <u>estava sem varrelar, pois de-fundido estava</u> <u>de férias e de Dori entregou a escola.</u> <u>Ronau Medeiros</u> <u>MAT. 90.611-5.</u>	
<u>09:30h - Médico que deu a alta hospitalar esta</u> <u>ciente, deste parecer - Aluísio Moura</u> <u>23/12</u>	
DATA	ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL					
PACIENTE		GOVERNO DA PARAIBA		SECRETARIA DE SAÚDE	
Q.T.	LEITO	CONVÊNIO	IDADE	REGISTRO	
7º	03	Sus	49	100591	
CIRURGIA		CIRURGIÃO			
Procuração de Tumor		João e Marcelo			
ANESTESIA		ANESTESISTA			
Ragusa		(E)			
INSTRUMENTADORA		DATA	INÍCIO	FIM	
Tiago		03/10/18	11:45		

#### MATERIAL

QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
1	TX. de Instrumentador	1	Equipo p/ éoro e sangue
	TX. Capnógrafo		Scalp
	TX. Bomba de Infusão	1	Luvas Est. p/ Procedimentos
	TX. Aplicação de Sangue	1	Lâmina de Bisturi
1	TX. Monitor Córdio-Respirador		Sonda de Foley
	TX. de Laser		Coletor de Urina
1	TX. de Curativo		Seringa 1 ml
	TX. de Instalação S. Vesical		Seringa 3 ml
1	TX. Sala	1	Seringa 5 ml
	TX. Bisturi Elétrico	1	Seringa 10 ml
	TX. Aspirador Elétrico		Seringa 20 ml
1	TX. Oxímetro de Pulso	1	Eletrodos desc.
1	Neocain	1	Atadura de Crepom 10cm
	Halotano		Atadura de Crepom 20cm
	Thionembatal		Atadura Gessada 10cm
	Quelicin		Sonda Uretral
	Pavulon		Sonda Nesogástrica
1	Dorminid		Éter Sulfúrico
	Fentanil 0,05mg		Dreno Penrose
	Xilestesin a 5%		Dreno Sucção
	Inoval		Dreno de Tórax
	Xilocaína a 2%	1	Esparadrapo
	Etodimide		Xilocaína Gel
	Ketalar	1	Álcool 70%
	Pubicovaina 0,5%	1	PVPI Tintura
	Dimorf	1	Gases
	Lanexat 0,5ml		Algodão Hidrófilo
	Narcon		Algodão Ortopédico
	Forane		Cidex
	Sufenta		Vaselina Estéril
	Diazepam	1	Agulha descartável
1	Água destilada 10ml		Pastilha de Formol
	Prostigmina	1	Fio Cromado 0 c/ agulha
	Atropina		Fio Cromado 0 s/ agulha
	Adrenalina		Fio Cromado 1 c/ agulha
	Efortil		Fio Cromado 1 s/ agulha
1	Cefalotina 19g		Fio Cromado 2-0 c/ agulha
1	Dixtal		Fio Cromado 2-0 s/ agulha
	Plasil		Cat-gut simples 0 c/ agulha
1	Dipirona		Cat-gut simples 0 s/ agulha
	Esparin 5000 VI		Cat-gut simples 2-0 c/ agulha
	Tilatil		Cat-gut simples 2-0 s/ agulha
	Amicacina 500mg		Cat-gut 2-0 p/ amigdalectomia
1	Agulha de Raque Descartável		Cat-gut simples 3-0 c/ agulha
	Abbocote 20 e 22		Polycot 0 c/ agulha
	Polycot 0 s/ agulha		Polycot 2-0 c/ agulha
	Polycot 2-0 s/ agulha		Polycot 3-0 c/ agulha
	Polycot 3-0 s/ agulha		Prolene 2-0 c/ agulha
	Prolene 0 c/ agulha		

H nylon 0  
L nylon 2,0







GOVERNO DA PARAÍBA  
HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO JANDUHY CARNEIRO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Hospital		Enfermaria		Leito		Nº Prontuário	
Nome: <u>Valdimar Bartsch Brito</u>		Idade:		Sexo:		Cor:	
Data:	Pressão Arterial	Pulso	Respiração	Temperatura	Peso	Altura	
Tipo Sanguíneo	Hemácias	Hemoglobina	Hematócrito	Glicemia	Uréia	Outros	
VER PRONTUÁRIO							
Urina							
Ap. Respiratório				Asma		Bronquite	
Ap. Circulatório				NDN		Eletrocardiograma	
Ap. Digestivo		JEJUM OK		Dentes		Pescoço	
Estado Mental		CONSCIENTE		Ataxicos		Corticoides	
Sinais e Sinais Pós-Operatórios		Anteriores		Estado Físico		Risco	
Medicação Pós-Anestésica				MIDAZOLAM 5 Mg		Aplicada às	
Efeito							
Agente Anestésico				02			
Líquido				(SF) (SF) (SF)			
F.V. ART. INF. CO. RESPIR. V. ANESTÉSICA OPER. 1				280 260 240 220 200 180 160 140 120 100 80 60 40 20			
Símbolos e Anotações				SPO2 98%			
Posição							
Agente				NEOCAINA 0,5% <u>15mg (150)</u> mg + DIMORF 80 mcg			
Técnica				RAQUIANESTESIA: Punção lombar entre L3-L4 ag. 25 quincke LCR s/ Alterações			
Operação				<u>tho up pt tity (E)</u>			
Cirurgião				<u>Dr. João + Dr. Marcelo</u>			
Anestesiologista				DR. TÁVIO LEAL			
Outros				1-7 Dr. Távio Leal Januário Anestesiologista CRMPB 5774			



## PEDIDO DE VENDAS

**Materiais Médico Hospitalar EIRELI**

Caixa-Fixa

Nº

NF N°

Prontuário

Hospital

Paciente	
----------	--

Médico

### Procedimento

Prontuário

Vendedor

Data

Convênio

QUANT.

### DESCRIÇÃO DO MATERIAL

COD

V UNIT

Y TOTAL

01	parat. Espungoso R32x60mm	2003	5000
01	parat. Cort. 4.5x34	1872	11220
01	" " 4.5x36		
01	" " 4.5x48		
01	" " 4.5x52		
01	placa "J" 2x10 FMS	415	0702031003
01	parat. Cort. 4.5x38		

João H. Suassuna Laureano  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PB 7417

DE PAGAMENTO

TOTAL

Rua José Isídio da Silva, 24 - Bairro Timbi - Camaragibe/PE - CEP 54765-138

FONE: (81) 3129-2456

E-mail: cromusltda@gmail.com

CNPJ 14.784.339/0001-30 - Insc Estadual 0574749-07

a - Faturamento | 2ª Via Amarela - Hospital | 3ª Via Rosa - Comercial







GOVERNO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO



### REQUISICÃO DE PARECER

NOME: <u>Valdivon Batista</u>		<u>São José</u>
DA CLÍNICA <u>ORT</u>	ENFERMARIA <u>7º</u>	
A CLÍNICA <u>CARD.</u>	LEITO <u>03</u>	
MOTIVO DA CONSULTA: <u>risco cirúrgico</u>		
(ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA OPINIÃO E NUMERAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO ENFERMO)		
DATA: <u>26/06/18</u>		ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTANTE
PARECER:  <u>19 anos</u> <u>Pré-op. linfopla MTE</u> <u>Sup: NON</u> <u>MG: NON</u> <u>Alergia: Nega.</u> <u>Fumo: ⊖</u> <u>Acv: RCR. 2T.</u> <u>ECG: NL</u> <u>CONCLUSÃO: Baixo Risco</u> <u>28/06/18</u>		
DATA		ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA







- ① Part 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840

660 ft. SLESSY  
Proprietà e T  
C.F. 51  
B 7417  
La Slessy  
A. Slessy



GOVERNO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO



### REQUISIÇÃO DE PARECER

NOME: <u>Valdivan Batista GUB</u>	
DA CLÍNICA <u>Ortopedia</u>	ENFERMARIA <u>92</u>
A CLÍNICA <u>Vosma</u>	LEITO <u>06</u>
MOTIVO DA CONSULTA: (ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA OPINIÃO E NUMERAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO ENFERMO) <u>Vitória de Anacleto de Rousle</u> <u>4 EOLHS Importante Br(e)</u> <u>5409117</u>	
DATA	ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTANTE
PARECER: <u>Paciente vítima de acidente com fratura de</u> <u>perna (E) já fixada, Ao exame pulso distais</u> <u>presentes com boa perfusão tecidual, comparti-</u> <u>mentos fluidos. Edema discreto em MBE ao</u> <u>nível da perna. Ausência de assimetria - náusea.</u> <u>U: Profilaxia de TV, com Uroxone 10mg/500</u> <u>dia, ou heparina 5000UI/SE 18/10/17</u> <u>18/09/17 09:00</u>	
DATA	ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA



Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

### SINISTRO 3180470667 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** VALDIVAN BATISTA BRITO

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO** RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO JG TORRESEG

CORRETORA DE SEGUROS LTDA

**BENEFICIÁRIO** VALDIVAN BATISTA BRITO

**CPF/CNPJ:** 70607961422

**Posição em 02-12-2020 10:30:49**

Desculpe. No momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, [Clique aqui](#) e registre uma solicitação para que possamos checar mais detalhes sobre seu caso. Em até 72 horas, entraremos em contato.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
01/11/2018	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75
13/12/2018	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50





**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**COMARCA DE PATOS – 5ª VARA MISTA**

**DESPACHO**

PROCESSO Nº 0812111-17.2020.8.15.0251

**Vistos.**

**Defiro ao(à) promovente a gratuidade da justiça, em face da inexistência de fundadas razões para o indeferimento do benefício (Lei 1.060/50, art. 5º; NCPC, art. 99, §§ 2º e 3º), esclarecendo que ele compreende todos os atos do processo até decisão final do litígio, em todas as instâncias (Lei 1.060/50, art. 9º, c/c NCPC, art. 98, § 1º).**

Com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, o réu não mais é citado para oferecer resposta, mas para comparecer à audiência de conciliação ou de mediação (NCPC, art. 334). Todavia, é de conhecimento deste Juízo que a promovida só celebra acordos quando há perícia nos autos, de forma que se afigura desnecessária e mesmo desaconselhável, por se tratar de ato ineficiente (CF, art. 37) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (CF, art. 5º, inciso LXXVII), a designação exclusiva de audiência de conciliação, quando já se anuncia infrutífera a sua realização. Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, e mesmo como fase preliminar da própria audiência de instrução (NCPC, art. 359), motivo pelo qual não vislumbro prejuízo às partes. Destarte:

1. Cite-se a promovida para apresentar resposta, num prazo de 15 (quinze) dias.
2. Em seguida, intime-se a parte autora para, em 15 (quinze) dias, se manifestar sobre as preliminares e os documentos eventualmente apresentados pela parte ré.
3. Ao final, tragam-me os autos conclusos para designação de perícia médica.

Patos/PB, 7 de dezembro de 2020.

**Luiz Gonzaga Pereira de Melo Filho**



JUIZ DE DIREITO





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**5ª Vara Mista de Patos**

---

PROCESSO Nº 0812111-17.2020.8.15.0251

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Acidente de Trânsito]

AUTOR: VALDIVAN BATISTA BRITO  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CITAÇÃO VIA SISTEMA**

O **MM. Juiz de Direito** da(o) 5ª Vara Mista de Patos, Estado da Paraíba, em virtude da Lei, etc.

1. Cite-se a promovida para apresentar resposta, num prazo de 15 (quinze) dias.

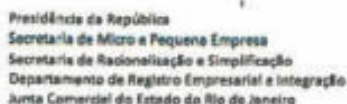
5ª Vara Mista de Patos-PB, 7 de dezembro de 2020.



EM ANEXO







WIRE (DA SEDE DO SA-FRASE) CHAMANDO A SEDE POR OUTRA VZ

33.3.0028479-6

**These authors**

Societate anônima

### Positive Environmental

Normal

128 An. Deutsches

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

### Ultima Argomentazione:

00003131301 - 18/12/2017

NAME: 11.1.2016.79.4

SEGURO LÍDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Balance(s): 102595004

Hash: ECC32023-D73D-4232-8033-7CC9948DA904

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
Orfã	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO



Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:			
	Assinatura:			
	Telefone de contato:			
Data	E-mail:			
	Tipo de documento:			Híbrido
	Data de criação:			24/01/2018
	Data da 1ª entrada:			



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nº: 133.0029479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00007149059 e demais constantes do termo de

日本銀行は、このように、  
日本銀行の業務に必要と  
認める場合には、

Author Id: 201704131627448220C7UK4B56AFAD5E5CF8FFD5CF68740F233K496AFDA8DK1FD8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.a-rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page: 2/13




 JUDGE & CO.  
 ACCOUNTS & TAX SERVICES



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 15/01/2021 15:29:00

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21011515290007700000036654635>

Número do documento: 21011515290007700000036654635

Num. 38437956 - Pág. 1



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149055 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFDE8CF8FFD5CF68740F233E496AFTA80E17B6	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucec.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucec.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (II) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (I) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Handwritten signatures and initials.*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028478-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do livro de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD85ECF8FFD5CF68740F2338496AFTA80E1F88  
Para validar o documento acesse <http://www.juceerj.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13

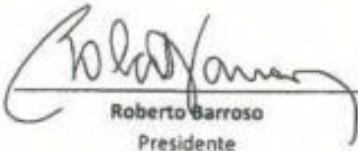


**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028478-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do teor de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFD64856AFAD85ECF8FFD0CF66740F233E496AFDA8061FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucmrja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n.º de protocolo. Pág. 5/13





SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-RJ, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00053149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA49220C7E4B56A7ADE5BCF8F705C765740F233E496AFDA80E1F88	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149039 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA88220CFDE4B56AFAD5ECP8FF00CF88740F233E496AFDA30E1F8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 10/13	



## econwpa.0101001

No anexo 1º de Portaria Interministerial n. 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 2 de janeiro de 2018, página 155, seção 1, artigo 1º, inciso II, "a" no sentido das atividades de administração realizada em 1º de novembro de 2017, "b" no sentido "c", na assembleia geral convocada realizada em 1º de novembro de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,  
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2019

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMET, nos termos dos artigos 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 1.960, de 11 de dezembro de 1972, nomeia para o cargo de 2º do Lei nº 9.935, de 20 de dezembro de 1969, o Sr. JORGE DE OLIVEIRA, nascido em 14 de Janeiro de 1944, graduado em Engenharia, aprovado pelo Decreto nº 8.171, de 28 de setembro de 1969.

Comendador da Ordem Federal de 15 de Maio de 1968, que serviu o Regulamento sobre o Trabalho Rodoviário de Produtos Perigosos.

Constituído a Comissão Inspecção n.º 14, de 19 de janeiro de 2004, que aprova os Regulamentos de Atividade da Conformidade para Transportes de Carga Rodoviários Designados do Transporte de Produtos Perigosos, publicados no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2004, volume 91, página 49.

Considerando a necessidade de atualização do Certificado de Importação para o Transporte de Produtos Perigosos (CITPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aplicável somente à modalidade de comércio de longo prazo,

Considerando a necessidade de ajuste dos Registros de Avaliação de Conformidade aprovados pela Portaria Interam nº 10/2016, resolve:

A.A. 17. Fimem aprovados no exame dos Registros de Avaliação de Conformidade para Transportes de Carga Rodoviários destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Interam nº 10, de 14 de janeiro de 2015, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br ou no endereço abaixo:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
- Venâncio  
Diretoria de Avaliação de Conformidade - Dacof

Rua São Alvarado, nº 416 - 2º andar - Rio Cam-  
pêlis  
Cap. 21.261-210 - Rio de Janeiro - RJ  
Aut. 2º Fls. publicadas no Anexo A e D da Portaria  
Interp. n.º 16/2014 pelas Ações A e D anexas a esta Por-  
taria  
Aut. 2º Fls. incluídas no Portaria Interp. n.º 16/2014 an-  
exas F e G anexas a esta Portaria.  
Aut. 4º Fls. incluídas, no aut. 4º da Portaria Interp. n.º  
16/2014, as seguintes alterações:

## CIRCLE 49 ON CARD OF READER SERVICE

[illegible]

EDICATO ASSISTENTE DA SALUTE

[illegible]

Este documento pode ser utilizado no endereço eletrônico <http://www.ia.gov.br/interatividade.html>, pelo código DOI: 10.1012/2006014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 04/08/2004, que institui a  
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Para validar o documento acesse <http://www.ta.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 6/13







4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11612475AE9206296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Suelio Moreira Torres  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7545C695  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016







4996609

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo A. S. Serwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo A. S. Benavente  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;


t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Suelio Moreira Torres  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7545C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.


#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1(um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

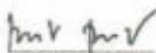
**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo K.S. Berninger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C51B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Fernando F. S. Berninger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208298B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

12/4



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

FERNANDO F. S. BENAVENTE  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2018  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C66883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002958603 - 11/10/2016






## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º Ofício de Notas DA CAPITAL</b>	<b>Tabellião Carlos Alberto Firmino Oliveira</b> Rua do Carmo, 65 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2137-0803	<b>AD828690</b> <b>088674</b>
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: <b>HELIO BITTON RODRIGUES</b> e <b>JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES</b> (00000524953)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho de verdade.	Conf. por: <b>Serventia T. H. FUNDOS</b>	<b>CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b> <b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b> 1 3.º Escrivão 1 12796 40052 série 05077 ME Aut. 20.5.3º Lei 8.896/94
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut. EOLP-16981 H01-16982 GRS Assinatura: <a href="https://wsc3.tri.jus.br/sitepublico">https://wsc3.tri.jus.br/sitepublico</a>		



### SUBSTABELECIMENTO

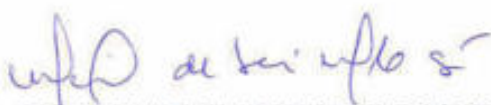
Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRADERCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHAÍ SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato.





anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.

  
**MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**  
**OAB/RJ 135.132**



# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 01/11/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 843,75

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: VALDIVAN BATISTA BRITO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00043

CONTA: 000000186237-1

---

---

Nr. da Autenticação 6E0280D33EBFDA41



# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	13/12/2018
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:
----------------------

VALOR TOTAL:	2.362,50
--------------	----------

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: VALDIVAN BATISTA BRITO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00043

CONTA: 000000186237-1

---

---

Nr. da Autenticação BB768E195B29DD1F



## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180470667 **Cidade:** Patos **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** VALDIVAN BATISTA BRITO **Data do acidente:** 17/09/2017 **Seguradora:** Sabemi Seguradora S/A

### PARECER

**Diagnóstico:** FRATURA DA CLAVÍCULA ESQUERDA  
FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DA PERNA ESQUERDA

**Descrição do exame médico pericial:** AO EXAME DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO: APRESENTA RETRAÇÃO DE PARTES MOLES COM 20 CM DE EXTENSÃO DESDE A REGIÃO PROXIMAL DA TÍBIA ESQUERDA ATÉ TERÇO MÉDIO DISTAL DA TÍBIA, DESALINHAMENTO DO ÂNGULO DO JOELHO EM VARO DE 15°, ATROFIA DOS COMPARTIMENTOS MUSCULARES DA PERNA ESQUERDA EM 2,5 CM, DÉFICIT DE FORÇA FLEXORA DO JOELHO GRAU II, DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO DO JOELHO EM 35°, CLAUDICAÇÃO DURANTE A DEAMBULAÇÃO COM USO DE MULETA CANADENSE. AO EXAME DO OMBRO ESQUERDO: APRESENTA AUMENTO DE VOLUME EM TERÇO MÉDIO DA CLAVÍCULA ESQUERDA A CUSTA DE CALO ÓSSEO EXUBERANTE, DIMINUIÇÃO DA ROTAÇÃO EXTERNA EM 20°, DIMINUIÇÃO DA ROTAÇÃO INTERNA EM 10°, DÉFICIT DE FORÇA ABDUTORA GRAU II, DIMINUIÇÃO DA ABDUÇÃO EM 10°.

**Resultados terapêuticos:** PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA 17/09/2017 COM DIAGNÓSTICO DE FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DA PERNA ESQUERDA MAIS FRATURA DA CLAVÍCULA ESQUERDA. O MESMO FOI SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO DE URGÊNCIA PARA LIMPEZA, DESBRIDAMENTO, REGULARIZAÇÃO DE PARTES MOLES E FIXAÇÃO COM FIXADOR EXTERNO EM TÍBIA ESQUERDA POR 7 MESES E USO DE TRATAMENTO CONSERVADOR COM USO DE TIPOIA EM HEMI J PARA FRATURA DA CLAVÍCULA ESQUERDA, FOI SUBMETIDO A NOVO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO PARA RETIRADA DO FIXADOR E FIXAÇÃO DE FRATURA DEVIDO A COMPLICAÇÃO DE PSEUDOARTROSE COM USO DE PLACA DCP 4.5 MM MAIS PARAFUSOS CORTICAIS NO DIA 03/07/2018, RECEBEU ALTA APÓS 48 HORAS, FOI ACOMPANHADO EM CARÁTER AMBULATORIAL E REALIZOU 30 SESSÕES DE FISIOTERAPIA. NO MOMENTO ENCONTRA-SE EM ALTA ORTOPÉDICA.

**Sequelas permanentes:** Limitação funcional do ombro esquerdo, Limitação funcional do membro inferior esquerdo

**Sequelas:** Com sequela

**Data da perícia:** 06/12/2018

**Conduta mantida:** Não

**Observações:** Nota do revisor: adequamos o percentual de indenização ao descrito pelo examinador. "PI" pago anteriormente (Líder): 6,25% (conduta mantida para o ombro).  
O "PI" ora estabelecido é complementar (17,5%) e refere-se ao dano funcional descrito em MIE.  
Procedida avaliação médica na cidade de Pombal.

**Médico examinador:** Tiago Martins Formiga

**CRM do médico:** 8085

**UF do CRM do médico:** PB

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180470667 **Cidade:** Patos **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** VALDIVAN BATISTA BRITO **Data do acidente:** 17/09/2017 **Seguradora:** Sabemi Seguradora S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 17/01/2019

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DE CLAVÍCULA ESQUERDA,  
FRATURA EXPOSTA PROXIMAL DE TÍBIA E FÍBULA ESQUERDA.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO (TÍBIA - LAVAGEM MECÂNICO CIRÚRGICA, FIXADOR, PLACA E PARAFUSOS). PARA AS  
DEMAIS LESÕES TRATAMENTO CONSERVADOR E ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO FUNCIONAL DO OMBRO ESQUERDO E DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDA, CONFORME PERÍCIA MÉDICA  
REALIZADA EM 06/12/2018.

**Sequelas:** Com sequela

**Conduta mantida:** Sim

**Quantificação das sequelas:** CONFORME PERÍCIA MÉDICA REALIZADA EM 06/12/2018: "Adequamos o percentual de indenização ao descrito pelo  
examinador. "PI" pago anteriormente  
(Líder): 6,25% (conduta mantida para o ombro).  
O "PI" ora estabelecido é complementar (17,5%) e refere-se ao dano funcional descrito em MIE.

**Documentos  
complementares:**

**Observações:** APÓS REVISÃO DA PERÍCIA, EVIDENCIAMOS QUE A SEQUELA JÁ FOI INDENIZADA CONFORME TABELA PREVISTA  
EM LEI VIGENTE.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

### ESPECIALISTA

**Empresa:** Líder- Serviços AMD

**Grupo:** EQ3

**Nome:** RICARDO DE OLIVEIRA BLANCO

**CRM:** 902330

**UF do CRM:** RJ

**Assinatura:**





Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário entre 16 e 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima

Nome completo da vítima

706.079.634-22

Waldivan Batista Brito

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo Waldivan Batista Brito		CPF titular da conta 706.079.634-22	Profissão recusou
Endereço Sítio Pau Branco		Número S/N	Complemento
Bairro Área Rural	Cidade São José do Bonfim	Estado Paraíba	CEP 58725-000
Email		Telefone (DDD) (83) 9.9382-8362	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

<input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR <input type="checkbox"/> SEM RENDA <input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00 <input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00 <input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 <input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 <input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00 <input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00			
<input checked="" type="checkbox"/> <b>CONTA POUPANÇA</b> (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input checked="" type="checkbox"/> CAXA ECONÔMICA FEDERAL (104)			
<b>AGÊNCIA</b> NRO. 043 D/V (Informar dígito se existir)		<b>CONTA</b> NRO. 186237 D/V (Informar dígito se existir)	
<b>BANCO</b> Nome NRO. <b>AGÊNCIA</b> NRO. D/V (Informar dígito se existir)		<b>CONTA</b> NRO. D/V (Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Patos-PB, 04 de outubro de 2018

05 OUT. 2018

Local e Data

**DOCUMENTO ORIGINAL**

Waldivan Batista Brito

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal



ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44



16 JAN. 2019

Dr. Stênio Guy Wanderley de Araújo

ESPECIALISTA EM ORTOPEDIA, TRAUMATOLOGIA E REUMATOLOGIA

LADO ORTOPEDIA

03 JAN. 2019

ATENDI VALDIVIA BATISTA GOMES, 34 ANOS, FEM.  
ACIDENTADA COM MOTO DO DIA 17.07.2018 QUANDO  
SOFRU FRATURA EXPÔSTA DO OMBRO DA DEXTERA, E  
FRATURA DE CLAVÍCULA, APÓS 14 MESES DE TRAT-  
AMENTO (INCLUINDO 2 CIRURGIAS NO MEMBRO  
LESIONADO) OBSERVA-SE: ATROFIA MUSCULAR DO  
M. DELTOIDEU (C.D. M. 22.5), DIFERENÇA DE COMPRIMEN-  
TO DOS MEMBROS (C.D. M. 2.7), RIGID. DE FLEXÃO  
DO JOELHO HOMOLATERO (M. 25.4), RESIDUO DE  
INFLAMAÇÃO COM DOR NA ARTICULAÇÃO DO OMBRO  
LAD. (C.D. M. 2.7). SÃO LESÕES IRREVERSÍVEIS  
QUE APENAS DO FISIOTERAPIA (30 SESSÕES)  
O REMETIDO FOI DEFEITO DE CURA.

Stênio Guy W. Araújo

CRM 13257 CBO 223146

Ortopedia/Traumatologia

Atendimento 100%

Tels.: (83) 3421-2857

9 8836-0812

Rua Bossuet Wanderley, 433

Centro - Patos-PB.

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44





## CARTA A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT

Patos/PB,

15 de janeiro de 2019.

Sis-DPVAT: 3180470667

INVALIDEZ

VÍTIMA: VALDIVAN BATISTA BRITO

CPF: 706.079.614-22

Senhor Analista,

Com base na resolução SUSEP Nº 332 DE 09/12/2015, § 4º (O procurador a que se refere o parágrafo anterior deve ter poderes específicos reclamar o DPVAT, inclusive para apresentar e firmar documentos, direito que lhe é assegurado pela legislação), Eu, Gustavo Melo Gonçalves, brasileiro, solteiro, portador do CPF: 629.732.153-15, podendo ser localizado na Rua Santa Luzia, bairro Belo Horizonte, Patos/PB, bem como ser contatado pelo telefone (83) 99382-8362 e/ou endereço eletrônico maysagustavodpvat@gmail.com, atuando como bom e fiel procurador do beneficiário:

**VALDIVAN BATISTA BRITO, PORTADOR DO CPF: 706.079.614-22.**

Senhor Analista, venho respeitosamente solicitar a Vossa Senhoria, o encaminhamento da vítima acima identificada a perícia, tendo em vista que ficou devidamente comprovada, através de laudo médico encaminhado a essa seguradora que o mesmo carrega sequelas em decorrência do sinistro ora pleiteado, e, no sentido de que faça justiça, solicitamos ao menos que o mesmo seja encaminhado ao setor de perícia com a maior brevidade possível para que possa ser de forma legal atestado suas sequelas, as quais foram documentalmente provadas através do já mencionado laudo, por isso, ratificamos nosso pedido com respaldado no art. 5º da lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974 (Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado), a fim de garantir um direito a qual se faz jus. O documento segue assinado por mim, Gustavo Melo Gonçalves (procurador). O referido é verdade. Dou fé.

Certo de atendido agradeço antecipadamente,



**VALDIVAN BATISTA BRITO**

CPF: 706.079.614-22

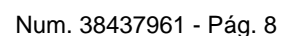


**GUSTAVO MELO GONÇALVES**

CPF: 629.732.153-15

**Procurador**







GOVERNO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO



### REQUISICAO DE PARECER

NOME: Valdeir Zolito  
DA CLÍNICA Cardiologia ENFERMARIA 95  
A CLÍNICA Cardiologia LEITO 06

MOTIVO DA CONSULTA: ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA O PARECER  
E NOMEAR O PRINCIPAL SINTOMA DO SINTOMA

DATA: 31/08/17 ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTADO:

PARECER: Paciente com queixas de dor no  
peito, cansaço, falta  
de ar, 110 x 70 mmHg  
ECG = Normal  
Risco Clínico = Baixo Risco

07 NOV 2018

12/09/17

DATA

ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA

Dr. M. de F. Franco  
Médico Especialista em Cardiologia

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44









GOVERNO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CA FINEIRO



### RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome	Joaquim Gomes Brito		Nº port. ali.	100591
Data da Cirurgia	14/05/18	Enf.		Leito
Cirurgião	R. T. Sousa	1º Auxiliar	H. W. Costa	
Anestesiologista	D. Cruz	Tipo de Anestesia		
Diagnóstico Pré-Operatório	Fim da Tumoraxina (C)			
Tipo de Cirurgia	Linfoma B-CLL em recidiva + fígado			
Diagnóstico Pós-Operatório	DM 1500			
Resumo Imagem da Patologia				
Exame Radiológico no Ato				
Ações Durante a Cirurgia	Caf. 600 mg. Inibente			

07 NOV. 2018

### DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso - Tática e Técnica - Lipólise - Derivado - Sutura - Material Empregado - Aspecto dos Órgãos

- 1. Port. em 303 GORE EXTERNO
- 2. Laparoscopia + Laparotomia
- 3. Laparoscopia + Laparotomia
- 4. Laparoscopia + Laparotomia
- 5. Laparoscopia + Laparotomia
- 6. Laparoscopia + Laparotomia

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44



**HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO**  
RUA HORACIO NOBREGA, S/N  
PATOS PARAIBA (53)3423-2741

Paciente: VALDIVAN BATISTA BRITO Idade: 18 Sexo: M

Prontuário: 100291 Data/Hora: 17/9/2017 08:49:28  
Ocorrência: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Servidor do Dr.: \_\_\_\_\_

Plano: \_\_\_\_\_

Nome: JOAO BATISTA DOS SANTOS  
Mãe: MARIA DAS GRACAS BRITO

Endereço: SAO JOSE DO BONFIM - PB - 58725-000 • 2514602 N.:  
Cidade: SÍTIO PAU D'ARCO  
Bairro: ZONA RURAL  
Município: SAO JOSE DO BONFIM - PB  
UF: PB CEP: 58725-000

Documentos: RG: 705-0005-6841-3457  
Identidade: 419405 SSP/PB  
CPF: \_\_\_\_\_  
Data Nascimento: \_\_\_\_\_

Informações pessoais: Nascimento: 02/10/99  
Cor: PAULA  
Estado Civil: SOLTEIRO  
Profissão: ESTUDANTE

Responsável: \_\_\_\_\_  
ANAMNESE (história da doença atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

Exames Complementares: (Exame X, laboratório)

Exames: \_\_\_\_\_

Diagnóstico: \_\_\_\_\_

Motivo da Alta: \_\_\_\_\_

Resultado: ( ) Sem Curado ( ) Melhorado ( ) Falecido ( ) Transferido Em: 22/07/17

Responsável: ISRAEL

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44

HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO  
RUA HORACIO NUNES, S/N  
PATOS PARAIBA (63)3423-2741

Atendimento: 014  
Pronto: 25  
Cód. Intern. 31279  
Data/Hora: 26/9/2018 08:57:03

Prontuário: 100591  
Ocorrência: DOR NA PERNA  
Classif. Risco: VERDE  
Origem: PRÓPRIA RESIDÊNCIA  
Transporte: TRANSPORTE PAGO  
Reg. N. Epi. N.

Servidor do Dr.:  
Paciente: VALDIVAN BATISTA BRITO  
Idade: 19 Gênero: HOMEN C/S

Filiação:  
Filiação I: MARIA DAS GRACAS BRITO  
Filiação II: JOAO BATISTA DOS SANTOS

Endereço:  
Cidade: SAO JOSE DO BONFIM - PB - 58725-000 - 2514602  
Endereço: SÍTIO PAU DARCO  
Bairro: ZONA RURAL  
Naturalidade: SAO JOSE DO BONFIM - PB  
Fone: (63)91113-2147

Documentos:  
CNS: 795-0000-6941-8457  
Identidade: 4190406 3292PB  
CPF:  
Reg. Nasc.:

Informações adicionais:  
Nascimento: 4/2/1999  
Cor: PARÇA  
Estado Civil: SOLTEIRO(A)  
Profissão: ESTUDANTE

Responsável: *Valdivan Batista Brito*  
ANAMNESE: História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)  
*Uti no 05 em estado de choque (Hs)  
09/10/2018*

EXAMES OBJETIVOS: (inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos apêndices)  
*Dor + limitação funcional Perna (E)*

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratório)

Diagnóstico: *Pseudo tumor (E)* CID: \_\_\_\_\_

DADOS DA SAÍDA  
Data: 01/10/2018 Hora: \_\_\_\_\_ H \_\_\_\_\_ Min  
Motivo: ( ) Alta Curada (X) Alta Melhorada ( ) Alta a pedido ( ) Transfêrencia ( ) Evasão ( ) Óbito  
Médico/CRM: \_\_\_\_\_  
Ortografia: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

Letra ilegível não é legal (CEM Cap. 3, Art 11)

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44





COMPLEXO HOSPITALAR  
REGIONAL DEPUTADO  
JANDUHY CARNEIRO

GOVERNO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMPLEXO HOSPITALAR REGIONAL DEPUTADO JANDUHY CARNEIRO



### RELATORIO DE CIRURGIA

Nome:	Vitoriano R. M. A.	Nº prontuário	
Data da Cirurgia	05/07/18	Esf.	Leito
Cirurgião	m. p. a.	1º Auxiliar	Dr. Paulo
Anestesiista	Dr. F. A.	Tipo de Anestesia	Endo
Diagnóstico Pré-Operatório	Fratura do fêmur		
Tipo de Cirurgia	(Preencher)		
Diagnóstico Pós-Operatório	H. comp.		
Relatório Imediato do Patologista			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Cirurgia			

### DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos Visuais
1) Punção - 5 cm
2) Incisão - 5 cm
3) Punção - 5 cm
4) Incisão - 5 cm
5) Incisão - 5 cm

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44



COMPLEXO HOSPITALAR  
REGIONAL DEPUTADO  
JANDIRY CARNEIRO

GOVERNO  
DO ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DE  
ESTADO DA SAÚDE



REQUISIÇÃO DE PARECER

União

NOME: <u>João Vitor Brito Brito</u>	
DA CLÍNICA <u>Orto Par</u>	ENFERMARIA <u>10</u>
A CLÍNICA <u>Cirurgia Vascular</u>	LEITO <u>10</u>
MOTIVO DA CONSULTA: <u>Edema + limbo + fístula MS @, A908</u> <u>Procedimento: Prostatectomia</u> <u>05/07/19</u>	
DATA	ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTANTE
PARECER: <u>Recomendado a direção, no 11.35 na</u> <u>avaliação, a mesma informou que o</u> <u>paciente não possui mais fístula</u> <u>de urina e de dor, entregou a</u> <u>paciente e a mãe.</u> <u>03:30h - Médica que deu a alta hospitalar</u> <u>ciente, deste parecer.</u>	
DATA	ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:26:44



**NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL**

Paciente: <u>Waldemar Antônio Brito</u>		Número: <u>700591</u>	
Idade: <u>70</u>	Sexo: <u>M</u>	Profissão: <u>Trabalha</u>	Endereço: <u>Trabalha</u>
Data: <u>23/04/14</u>		Hora: <u>14:25</u>	

**MATERIAL**

QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
1	TX. de Instrumentador	1	Esquema p/ forro sangue
1	TX. Capelógrafo	1	Esquema
1	TX. Sonda de Infusão	1	Sonda Est. p/ Procedimento
1	TX. Aspirador de Sangue	1	Linha de Sutura
1	TX. Monitor Cardíaco-Respiratório	1	Sonda de Foley
1	TX. de Lavar	1	Sonda de Uretra
1	TX. de Curativo	1	Seringa 1 ml
1	TX. de Injeção S. Ventral	1	Seringa 3 ml
1	TX. Seta	1	Seringa 5 ml
1	TX. Bisturi Elétrico	1	Seringa 10 ml
1	TX. Aspirador Médico	1	Seringa 20 ml
1	TX. Giletti de Pólio	1	Esponja de
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 18cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 20cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 22cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 24cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 26cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 28cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 30cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 32cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 34cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 36cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 38cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 40cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 42cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 44cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 46cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 48cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 50cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 52cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 54cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 56cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 58cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 60cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 62cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 64cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 66cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 68cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 70cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 72cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 74cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 76cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 78cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 80cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 82cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 84cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 86cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 88cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 90cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 92cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 94cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 96cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 98cm
1	Alcova	1	Alcova de Crispom 100cm

ASL-0367415/18  
dayene.jobato  
14/12/2020 18:26:44

ASL-0367415/18  
dayene.jobato  
14/12/2020 18:26:44

ASL-0367415/18  
dayene.jobato  
14/12/2020 18:26:44

ASL-0367415/18  
dayene.jobato  
14/12/2020 18:26:44







**CERTIDÃO**

**CERTIFICO**, em razão de requerimento verbal da pessoa interessada, que revendo o Livro de Ocorrências nº. 001/2018 constatei a Ocorrência Policial nº **017/2018** cujo teor passo a transcrever na íntegra: Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito nesta cidade de Teixeira-PB, Sede da Comarca, na Delegacia de Polícia, sob a responsabilidade do Bel. **WENDER GOMES BORGES DE ARAÚJO**, Delegado de Polícia Signatário, comigo escrivão de polícia civil, ao final assinado a ai por volta das 09h40min compareceu: **VALDIVAN BATISTA BRITO**, brasileiro, nascido aos 04/02/1999, solteiro, agricultor, natural de São José do Bonfim/PB, filho de João Batista dos Santos e de Maria das Graças Brito, residente no Sítio Pau Darco, zona rural – São José do Bonfim-PB. Para informar a seguinte ocorrência: QUE na data de 17/09/2017 por volta das 07h30min, conduzia a motocicleta Honda CG 125 Fan, cor preta, placa NPW0286/PB, ano de fabricação e modelo 2009, chassi 9C2JC41109R072217, licenciada em nome de Valdeci Batista Brito, quando na entrada da cidade de Mãe D'Água/PB, foi atingido por outra motocicleta que trafegava na contra mão; QUE com o impacto o noticiante foi lançado no calçamento e perdeu os sentidos, só os recobrando quando já se encontrava no Hospital Regional de Patos/PB; QUE sofreu fratura exposta na perna esquerda e fratura na clavícula esquerda; QUE não sabe informar quem colidiu com o noticiante em virtude do condutor da outra motocicleta ter fugido do local sem prestar socorro ao noticiante. E nada mais foi registrado. **TERMO DE RESPONSABILIDADE: DECLARO ASSUMIR INTEIRA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL**, referente ao Registro da Ocorrência supra, que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. – Falsidade Ideológica – Pena: Reclusão de 1 a 5 (cinco) anos).-

Mãe D'Água-PB, 03 de outubro de 2018.

NOTICIANTE:

Valdivan Batista Brito

**JANDUILMA GUEDES DE F. RODRIGUES**

Escrivã de Polícia Civil

Mat. 139.419-3

**DOCUMENTO ORIGINAL**

05 OUT. 2018





**DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO**  
**PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES:**

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP<sup>1</sup> nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

<sup>2</sup> Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Gustavo Melo Gonçalves inscrito (a) no CPF/CNPJ 629.732.153/15, na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Saldivan Batista Brito inscrito (a) no CPF sob o Nº 306.079.614/22, do sinistro de DPVAT cobertura invalidéz da vítima Saldivan Batista Brito, inscrito (a) no CPF sob o Nº 306.079.614/22, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: \_\_\_\_\_ Renda: \_\_\_\_\_ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Rua Santa Luzia</u>		Número <u>5/N</u>	Complemento <u>Box 05</u>
Bairro <u>Belo Horizonte</u>	Cidade <u>Ratos</u>	Estado <u>PB</u>	CEP <u>58704-250</u>
Email		Telefone comercial(DDD) <u>(83)9.9382-8362</u>	Telefone celular(DDD) <u>(83)9.9611-2684</u>

Ratos - PB, 04 de Outubro de 2018  
Local e Data

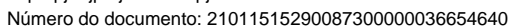
**DOCUMENTO ORIGINAL**

05 OUT. 2018

GUSTAVO MELO GONCALVES  
Assinatura do Declarante



23 OCT. 2018





# Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, VALDECI BATISTA BRITO  
RG nº 3.988.518, data de expedição 30/08/2017  
Órgão SSP, portador do CPF nº 301.020.604.01, com  
domicílio na cidade de SÃO JOSE DO BONFIM, no Estado de  
PARAIBA, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)  
SIT. PAU D'ARCO, S/N, AREA RURAL, nº S/N,  
complemento \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo  
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a  
vítima VALDIVAN BATISTA BRITO, cujo o condutor era  
VALDIVAN BATISTA BRITO.

Veículo: MOTO  
Modelo: HONDA/CG 125 FAN KS  
Ano: 2009  
Placa: NPW 0286/PB  
Chassi: 9C2FC 41109 R072217  
Data do Acidente: 17.09.2017  
Local e Data: PATO/PB 02.10.2018

Valdeci Batista Brito  
Assinatura do Declarante

VALDIVAN BATISTA BRITO  
Assinatura do Condutor ( caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro )

Reconheço por AUTENTICIDADE(S) a firma(s) de

VALDECI BATISTA BRITO

Em atesto da verdade, \_\_\_\_\_ dou fé

São José do Bonfim-PB 02/10/2018

Afonso Medeiros da Silva  
Tabelião

Selo Digital: AG036327-5 TNI  
Consulte autenticidade em:  
<https://selodigital.tjpb.jus.br>

05 OUT. 2018

DOCUMENTO ORIGINAL



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS CIDADES

DETTRAN - PB Nº 012896415213  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

VIA: 1 - COD. RENAVAM: 201700000593006  
1 - 0015247765-9 00/00000000 2017

NOME: VALDECI BATISTA BRITO

CPF / CNPJ: 70102060401 PLACA: NPW0286/PB

PLACA ANT / UF: NOV0 PB 9G2JC41109R072217

ESPECIE TIPO: CAR / MOTOCICLE / NAO APLIC COMBUSTIVEL: GASOLINA

MARCA / MODELO: HONDA/CG 125 FAN KS

CAP / POT / CIL: 2 P/124 /CI CATEGORIA: PARTIC

COTA UNICA: 00/00/0000

1º 2º 3º

PREMIO TARIFARIO (R\$) IOF (R\$) PREMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

\*\*\*\*\* SEGURO P A G O 22/02/2017

SEM RESERVA DE DOMINIO

SAO JOSE DO BONFIM-PB DATA: 24/02/2017

14303 3885





Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL\* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal\* é obrigatório para os seguintes casos:

**Casos com vítima entre 0 a 15 anos** - O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

**Casos com vítima entre 16 e 17 anos** - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

**Casos com vítima interditada com curador** - Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

Saldivan Batista Brito

CPF da Vítima

706.079.614-22

Data do Acidente

17.09.2017

**REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA**

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

Telefone (DDD)

Dedaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

**Assinalar uma das opções abaixo:**

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

**DOCUMENTO ORIGINAL**

05 OUT. 2018

Patos - PB, 04 de Outubro de 2018

Local e Data

Saldivan Batista Brito

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal



[illegible]



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** VALDIVIAN BATISTA BRITO, brasileiro(a),  
estado civil SOLTEIRO, profissão RECEPCION, CI RG nº  
4.190.405, CPF/MF nº 706.079.614-22, residente e domiciliado(a)  
à Rua STI. PAU D'ALVO, S/N, ÁREA RURAL, Cidade de  
SÃO JOSÉ DO BONFIM, Estado PARAÍBA, CEP:  
59725-000, telefone (83)9.9611.2684, (83)9.9382.8362.

**OUTORGADO:** GUSTAVO HUGO GONÇALVES,  
CNPJ/CPF 629.732.153-15  
sob o n.º 200.300.26/9847, com endereço profissional à  
RUA SANTA LUZIA, BOX 05, BEL HORIZONTE, na cidade de  
PATOS, Estado do PARAÍBA.

**PODERES:** Concede poderes especiais do outorgado para: Enviar documentos, receber correspondências, solicitar informações por escrito ou por telefone, ter acesso ao número do sinistro, acompanhar o andamento do sinistro e apresentar documentos referentes ao sinistro, junto a Seguradora Líder, Seguradoras conveniadas a Líder DPVAT e a Susep.  
Obs.: É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos apresentados e disponibilizados ao outorgado.

Reconheço por AUTENTICIDADE(S) a firma(s) de

VALDIVIAN BATISTA BRITO.

— / — / — dou fé

Em atesto da verdade.

São José do Bonfim-PB

05/10/2018

Afonso Medeiros da Silva

Tabellão

Selo Digital: AG036326-LXGR

Consulte autenticidade em:

<https://selodigital.tjpb.jus.br>

Patos. PB, 01 de Outubro de 20 18.

DOCUMENTO ORIGINAL

VALDIVIAN BATISTA BRITO  
OUTORGANTE



## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Saldivan Batista Brito,

RG nº 4.190.405, data de expedição 17/09/2013 Órgão SSP,

CPF nº 706.079.614-22, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Sítio Pau D'Alho</u>
Número	<u>5/N</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>Área Rural</u>
Cidade	<u>São José do Bonfim</u>
Estado	<u>Paraíba</u>
CEP	<u>58725-000</u>
Telefone de Contato	<u>(83)9.9382-8362 / (83)9.9611-2684</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Ratos - PB 04.10.2018

Assinatura do Declarante: Saldivan Batista Brito

DOCUMENTO ORIGINAL

05 OUT. 2018





### DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Gustavo Melo Gonçalves,

RG nº 30300049847, data de expedição 21/01/2003 Órgão SSP,

CPF nº 629.732.353-35, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua Santa Luzia</u>
Número	<u>5/N</u>
Apto / Complemento	<u>Box 05</u>
Bairro	<u>Belo Horizonte</u>
Cidade	<u>Ratos</u>
Estado	<u>Paraíba</u>
CEP	<u>58704-250</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 9.9382-8362 / (83) 9.9641-2684</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Ratos - PB 04.10.2018

Assinatura do Declarante: GUSTAVO MELO GONCALVES

DOCUMENTO ORIGINAL

05 OUT. 2018



ANGELMO QUEIROZ VILAR  
RUA SANTA LÚZIA, 501 - BOLO HORIZONTE  
PAT. 09/18 CEP: 13704-000 (AQ 119)  
Emissão: 21/09/2018 Referência: Set / 2018  
Classe/Grupo: COMERCIAL/COMERCIAL MONOFÁSICO  
Potência: 13 - 118 - 5320 NF medidor: 00001235430

ENERGISA PARABÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
R-230, Km 25 - Crato Rodovia - João Pessoa/PB - CEP 58071-000  
CNPJ/IS-056 1501-0001-40 Insc. Est. 18.016.920-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 012.738.671  
Cód. para Dig. Automático: 00012354314

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/ CNPJ/ RANI  
Set / 2018 21/09/2018 23/10/2018 371.834.697-72  
Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1268637-4

Canal de contato

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 21/09/18	Data 21/09/18			25
Leitura 10184	Leitura 10182			
Demonstrativo				
Quantidade Valor Valor Base Valor Base Valor Base Valor Base Valor Base				
Custo de Distribuição				
080	0,00	0,00	0,00	0,00
090	0,00	0,00	0,00	0,00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
080	0,00	0,00	0,00	0,00
090	0,00	0,00	0,00	0,00

COF. Cálculo de Criação de Débito TOTAL: 26,31 26,31 4,26 23,05 0,19 0,87

Média últimos meses (kWh) VENCIMENTO TOTAL A PAGAR  
101 28/09/2018 R\$ 26,31

Histórico de Consumo (kWh)  
Set/17 Out/17 Nov/17 Dez/17 Jan/18 Fev/18 Mar/18 Abr/18 Mai/18 Jun/18 Jul/18 Ago/18

93e9.5610.0868.4d4b.1baf.8ab0.f940.8e9f.

Indicadores de Qualidade 7/2018 - Páris

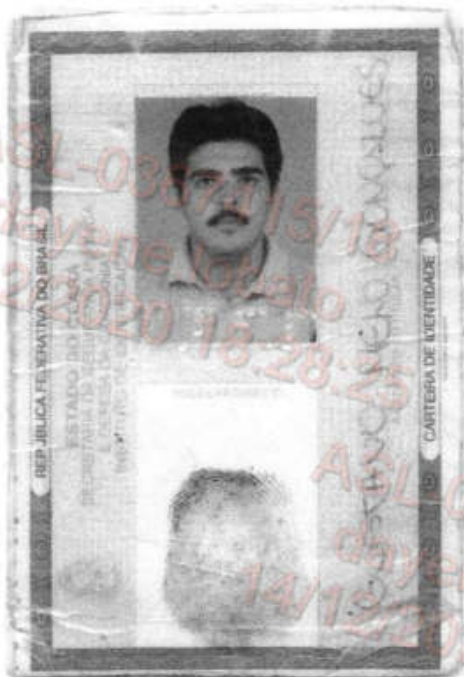
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DC-MENSAL	4,20	NORMAL	Serviços de Cálculo da Energia	0,38	22,32
DC-TRIMESTRAL	1,00	CONTRATADA	Compra de Energia	10,01	37,38
DC-ANUAL	4,20	LAJITE INFERIOR	Serviços de Transmissão	0,83	3,41
FC-MENSAL	1,00	LAJITE SUPERIOR	Encargos Setoriais	1,42	5,39
FC-TRIMESTRAL	4,20		Impostos, Contribuições e Encargos	9,45	35,54
FC-ANUAL	1,00		Outros Serviços	0,00	0,00
DMC	1,00		Total	26,79	100,00
DCN	1,00				

ATENÇÃO Futuras em atraso  
Jun/18 158,08  
- AVISO: Permanecendo em atraso os DEBITOS ANTERIORES, a reavaliação, a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decorrer do prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de vencimento da fatura vencida e não paga.  
Para obter Tarifário Anualizado 2018/19, Res. ANEEL nº 2.439-Brejo Santo 15.411/Med. Para obter Tarifário Anualizado 2018/19, Res. ANEEL nº 2.439-Alta Tensão 18.759/Med.  
- Lançamento em atraso.

PARABÁ VENCIMENTO TOTAL A PAGAR  
Rubrica: 13 - 118 - 5320 28/09/2018 R\$ 26,31  
Mot. Icul: 1268637-2018-09-5

83630000000-4 26310054000-8 12686372018-4 09500118019-9





ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:28:25

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:28:25

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:28:25



ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:28:25

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:28:25

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:28:25

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:28:25

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:28:25





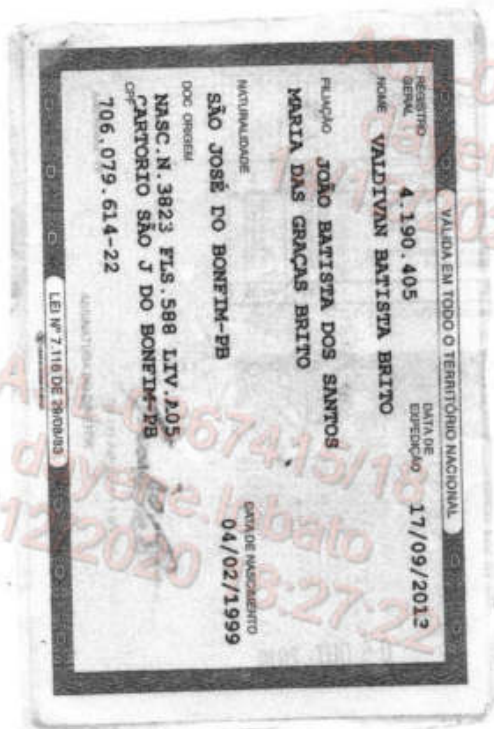


ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:27:22

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:27:22

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:27:22

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:27:22



ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:27:22

ASL-0367415/18  
dayene.lobato  
14/12/2020 18:27:22





# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 01/11/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 843,75

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: VALDIVAN BATISTA BRITO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00043

CONTA: 000000186237-1

---

---

Nr. da Autenticação 6E0280D33EBFDA41





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA MISTA DA COMARCA DE PATOS/PB

Processo: 08121111720208150251

**AUSÊNCIA DE COBERTURA**

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VALDIVAN BATISTA BRITO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

**CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexo causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez.

A parte autora OMITE o fato de ter ingressado com o pedido administrativo, tendo recebido o valor conforme a legislação vigente.

Ressalta-se que a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na esfera administrativa, no importe de **R\$ 3.206,25 (TRÊS MIL E DUZENTOS E SEIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)** sendo este valor correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada.

Repita-se que o pagamento administrativo realizado foi de acordo com percentual indenizável para as supostas lesões suportadas pela parte autora, segundo a graduação da repercussão sobre a importância máxima segurada, em total consonância com o parecer médico pericial.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma, tendo em vista a suspensão dos prazos entre 20 de Dezembro e 20 de Janeiro, estabelecida pelo Código de Processo Civil (art. 220).

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

#### **DO MÉRITO**

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

<sup>3</sup>"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 3.206,25 (três mil e duzentos e seis reais e vinte e cinco centavos)**, após a regulação do sinistro.

BANCO DO BRASIL

#### COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE  
CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	01/11/2018
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	843,75

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:  
CLIENTE: VALDIVAN BATISTA BRITO  
  
BANCO: 104  
AGÊNCIA: 00043  
CONTA: 000000186237-1

---

Nr. da Autenticação 6E0280D33EBFDA41

---

seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**" (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 13/12/2018  
NUMERO DO DOCUMENTO:  
VALOR TOTAL: 2.362,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: VALDIVAN BATISTA BRITO

BANCO: 104  
AGÊNCIA: 00043  
CONTA: 000000186237-1

Nr. da Autenticação BB768E195B29DD1F

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

*“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 3.206,25 (três mil e duzentos e seis reais e vinte e cinco centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **17/09/2017**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 3.206,25 (três mil e duzentos e seis reais e vinte e cinco centavos)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais<sup>4</sup>.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>5</sup>.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

<sup>4</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>5</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 3.206,25 (TRÊS MIL E DUZENTOS E SEIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)**.

### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>6</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>7</sup>.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

<sup>6</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>7</sup>art.

1º

(...)

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**



Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

PATOS, 16 de dezembro de 2020.

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**





### **QUESITOS DA RÉ**

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma seqüela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de seqüelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do bço					

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **VALDIVAN BATISTA BRITO**, em curso perante a - **VARA MISTA** da comarca de **PATOS**, nos autos do Processo nº 08121111720208150251.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JUNTADOS NA CONTESTAÇÃO.





## **INTIMAÇÃO VIA SISTEMA - AUTOR**

**Intime-se a parte autora para, em 15 (quinze) dias, se manifestar sobre as preliminares e os documentos eventualmente apresentados pela parte ré.**

**Patos, 04/02/2021**



## CERTIDÃO

Certifico que **decorreu** o prazo legal sem manifestação da parte autora, quanto à última intimação proferida nos autos.

PATOS

14 de março de 2021

MARIA DO SOCORRO MEDEIROS DE SOUSA





**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**COMARCA DE PATOS – 5ª VARA MISTA**

**DECISÃO**

PROCESSO Nº 0812111-17.2020.8.15.0251

**Vistos.**

**Defiro a perícia requerida pelas partes**, tendo em vista que o deslinde da causa depende de conhecimento especial e técnico de maior complexidade.

A parte autora é beneficiária da assistência judiciária gratuita. Assim sendo, nos termos do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 015/2020 (PA Nº 2020042949), **os honorários periciais, os quais arbitro em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), devem ser custeados pela SEGURADORA LÍDER.**

**Nomeio como perito o médico Dr. Helder Romero Liberalino Nóbrega – CRM 5050, devidamente cadastrado no TJPB.**

1. Mantenha-se contato com o perito nomeado, a fim de designar data e horário para a realização da perícia no Fórum desta Comarca e a entrega do laudo.

2. Incumbe às partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito: I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos.

3. Comunique-se o perito acerca da sua nomeação através do telefone por ele disponibilizado. Cientifique-o de que os quesitos são os peculiares ao caso em formulário próprio, mas também devem ser encaminhados ao Sr. Perito os quesitos apresentados pelas partes.

4. Intime-se a Seguradora para efetuar o pagamento dos honorários periciais em 15 dias a contar da intimação, caso não já tenha sido realizado depósito neste processo, devendo providenciar a comprovação do pagamento.

5. Intimem-se as partes acerca da data e do horário da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente e através de seu advogado, dando-lhes ciência de que o exame poderá ser acompanhado por assistentes técnicos. Cientifique-se à parte autora de que ela deve trazer consigo todos os documentos que possuir em relação ao acidente automobilístico e ao tratamento médico.

6. Procedam-se o cartório com os expedientes necessários à feitura do exame pericial.

7. Com a apresentação do laudo, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestarem sobre o documento.

8. Se houver pedido de esclarecimentos, tragam-me os autos conclusos.

9. Se não houver pedido de esclarecimentos:

9.1. Expeça-se alvará em favor do perito, autorizando-o a levantar o valor remanescente dos honorários periciais.

9.2. Tragam-me os autos conclusos para SENTENÇA.

Patos/PB, 18 de março de 2021.

**Luiz Gonzaga Pereira de Melo Filho**

JUIZ DE DIREITO